

## ERRADICAÇÃO DA POBREZA PRODUZ DESENVOLVIMENTO?

10-01-98

[Em tese, crescimento contínuo resolveria problema sem alterar a pior distribuição de renda do mundo]

[Aos desafios de natureza socioeconômica juntam-se desafios de ordem político-social e ambiental]

A ONU tende a reduzir a ambição do desenvolvimento a uma agenda de *erradicação da pobreza*. Uma grande aliança para erradicar a pobreza é proposta como o tema integrador de seus esforços de desenvolvimento. O Relatório do Desenvolvimento Humano 1997 considera que “o progresso sem precedentes na redução da pobreza no século XX prepara o caminho para a erradicação da pobreza absoluta no início do século XXI - um imperativo moral, um objetivo atingível. Como já não é inevitável, a pobreza deve passar à história - juntamente com a escravatura, colonialismo e guerra nuclear.” (pp: 116-117)

Esse deslocamento de uma concepção geral de desenvolvimento humano aferido pela esperança de vida, nível educacional e renda *per capita*, para uma agenda centrada na erradicação da pobreza talvez seja coerente quando se pensa nos 44 países de baixo desenvolvimento humano (periféricos), onde vivem 1,8 bilhão de pessoas (32% da população mundial). Todavia, quando se pensa nos 66 países de médio desenvolvimento humano (semiperiféricos), com seus 2,6 bilhões de habitantes (45% da população mundial), há fortes motivos para dúvidas.

Pelo menos no Brasil, que é parte integrante dessa semiperiferia, a pobreza pode ser reduzida sem que se altere a distribuição de renda. Basta que se aumente o nível médio de renda por meio de um crescimento econômico contínuo. As simulações de Ricardo Paes Barros, pesquisador do Ipea, mostram que um crescimento contínuo de 5% ao ano levaria, em uma década, a uma redução de 13 pontos percentuais no grau de pobreza, mantendo-se intacta a distribuição de renda. E mostram também que um resultado um pouco maior - redução de 15 pontos percentuais - poderia ser obtido sem crescimento econômico se fosse possível dar ao Brasil uma distribuição de renda igual à da Costa Rica. Mas como essas relações não são lineares, ele conclui que a melhor maneira de combater a pobreza é combinar políticas voltadas ao crescimento com políticas incisivamente redistributivas.

A questão que está colocada é a de saber se uma agenda de erradicação da pobreza engendra desenvolvimento, como tendem a supor os redatores do Relatório do Desenvolvimento Humano 1997. Em princípio, a resposta é negativa, pois, no Brasil, um crescimento econômico contínuo com menor pressão demográfica seria suficiente para cumprir a agenda sem que a pior distribuição de renda do planeta fosse alterada.

O próprio Relatório reconhece que pobreza e desigualdades não caminham sempre juntas. Em alguns casos elas aumentam ou diminuem conjuntamente - noutros movem-se em sentidos contrários. Também reconhece, e dá inúmeros exemplos, de que as desigualdades - entre pobres e ricos, mulheres e homens, rurais e urbanos, regiões e grupos étnicos diferentes - raramente estão isoladas. Pelo contrário, estão interrelacionadas e sobrepostas. (p.38)

Nesse sentido pode ser reconfortante consultar o Relatório Sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil 1996. Nele está bem enfatizado que se trata, principalmente, de conciliar, dinamicamente, o crescimento com redistribuição interpessoal e interespaçial de renda e com o combate à pobreza crítica, de modo a alcançar níveis mais elevados de desenvolvimento humano. Também está claro que a esses desafios de natureza sócio-econômica juntam-se desafios de ordem político-social e de dimensão ambiental.

Sempre segundo o relatório brasileiro de 1996, esses três conjuntos de desafios são interdependentes, tanto no sentido de se condicionarem entre si quanto porque sua superação concertada deflagra sinergias potencializadoras do processo global de desenvolvimento. As sequências de desenvolvimento, porém, nunca ocorrem, concretamente, de forma equilibrada. Evoluem, ao contrário, de modo assimétrico, desbalanceado, diacrônico, ainda que existam limites (variáveis no tempo e no espaço sociais e, em geral, difíceis de precisar objetivamente) para esses descompassos e arritmias. Por isso, o relatório insiste que devem ser consideradas “as opções estratégicas e as áreas prioritárias de atuação com maiores probabilidades de deflagrar os processos de transformação econômico-social capazes de realizar esses objetivos mais celeremente” (Pnud/Ipea, *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil 1996*, pp. 103-105)

Pode-se concluir, portanto, que qualquer processo de desenvolvimento sempre envolverá a superação de conflitos entre os lados de um triângulo formado pelo crescimento econômico, a redução das desigualdades e a preservação ambiental. Ou seja, desenvolvimento é um processo sistêmico mediante o qual uma economia consegue simultaneamente crescer, reduzir desigualdades sociais e preservar o meio ambiente. Fácil de falar, difícil de conseguir.